

Conheça a Amazônia

Com a maior floresta tropical úmida do mundo, a mais extensa rede fluvial do planeta e com o maior volume de água doce disponível na Terra, a Amazônia presta valiosos serviços ambientais ao regular a quantidade de gás carbônico na atmosfera e orquestrar a distribuição de chuvas em quase metade da América Latina.

BOX: Dados Amazônia geral:

A região amazônica corresponde a 1/20 da superfície da Terra, sendo 60% de sua cobertura em território brasileiro. Deste modo, a Amazônia Legal brasileira abrange uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², abrangendo oito estados em sua totalidade, o que corresponde a uma área sete vezes maior que a França.

O complexo regional amazônico possui o menor número de habitantes do país. Em grande parte da região existem os chamados "vazios demográficos", pois a maior parte da população está localizada nas duas principais capitais da região: Manaus e Belém. Na Região, existem cerca de 25 milhões de habitantes.

A distribuição da população é essencialmente urbana, com a média regional do grau de urbanização atingindo 68,9%, de acordo com o último censo demográfico (2000).

BOX: Desmatamento:

Nos últimos 40 anos, cerca de 17% da floresta Amazônica foram destruídos, o equivalente a uma área maior do que a França.

Só nos últimos cinco anos foram mais de 100 mil km² desmatados.

No entanto, estamos diante de um grave cenário de desmatamento desta mesma Amazônia: 700 mil quilômetros quadrados de floresta destruídos em cinco décadas de ocupação predatória e desorganizada. Nesta área completamente devastada, as árvores foram substituídas por pastagens, plantações de soja e muita terra queimada. Só nos últimos cinco anos foram mais de 100 mil km² desmatados, uma área maior do que a de Portugal.

O resultado é que 17% da cobertura original da Amazônia brasileira não existe mais. As regiões mais devastadas são o interior de Rondônia, o norte de Mato Grosso, o leste do Pará e o norte do Maranhão (que, juntas, formam o chamado Arco do Desmatamento). A boa notícia é que o desflorestamento está em queda. Caiu mais de 50% nos últimos três anos: de 27.379 km² em 2004 (o segundo maior índice da história) para 14.039 km², em 2006, e 11.224 km² no período 2006-2007. Depois de três anos de queda, no entanto, o desmatamento voltou a crescer no segundo semestre de 2007.

Não há consenso sobre os motivos para a diminuição do desmatamento. Apesar dos esforços intensos do governo com a criação de áreas protegidas, fiscalização, repressão e regulamentação fundiária, um estudo do Imazon indica que 83% da variação dos índices de desmatamento nos últimos 12 anos (1995-2007) se deve exclusivamente a oscilações nos preços da soja e da carne no mercado internacional – as duas principais commodities que impulsionam a destruição da floresta.

O mercado tem influência, sem dúvida, mas afirmar que só isso explica o que aconteceu nos últimos anos não é correto. Ainda é cedo para tirar conclusões. Também é cedo para afirmar que existe uma tendência de queda e que esta tendência é uma constante. Segundo especialistas, são necessários pelo menos mais dois anos de redução para fazer tal afirmação.

Há ainda outras razões para otimismo e que se reportam às duas últimas gestões do ministério do Meio Ambiente: o índice de áreas protegidas na Amazônia legal que, em 2007, atingiu 38%, sendo 30% de terras indígenas ou comunidades tradicionais e 8% de áreas com proteção integral, além de 19,7% de proteção da região sob a forma de Unidade de Conservação. O primeiro mandato do governo Lula também inaugurou um novo modelo de gestão ambiental, que passou a contar com a participação de diferentes setores do governo federal e da sociedade do qual surgiu o Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento, em 2004. O plano foi peça-chave na redução estimada de mais de 50% na taxa de desmatamento entre 2004-2005 e 2005-2006.

O momento, no entanto, é de apreensão: com o reaquecimento do mercado internacional de commodities, não se sabe por quanto tempo será possível manter o desmatamento em ritmo de

queda, especialmente num país que vive o paradoxo do agronegócio versus meio ambiente e agricultura familiar. Além disso, o Brasil é produtor de dois dos maiores vilões para o desmatamento: a soja e a cana-de-açúcar. Esta última, em tempos de aquecimento global e da onda crescente dos biocombustíveis, está entrando na região. Isso sem falar, obviamente, da indústria madeireira e da pecuária.

Por enquanto, os cenários para o futuro permanecem pouco animadores. Pesquisadores estimam que 40% da Amazônia poderá desaparecer até 2050 se não houver uma alteração drástica no tratamento da região.

Necessidade de mudança e o valor da floresta

O fato é que o desmatamento pode ter diminuído, mas o modelo de ocupação e de produção predatória continua. Além disso, faltam incentivos para quem cumpre a lei ambiental. A dura realidade na Amazônia é que o crime ambiental compensa. Quem pratica raramente é pego e quem é pego quase nunca sofre punição. Praticamente ninguém é preso. Bilhões de reais em multas são aplicados, mas quase nada é arrecadado. Quem desmata lucra com a madeira. Quem conserva não ganha nada. Por isso, a forma mais fácil de ganhar dinheiro na floresta é acabando com ela.

Há muitos tipos de desmatamento, com causas que variam de acordo com as características sociais, ambientais e econômicas de cada região. De uma maneira geral, entretanto, todos carregam em comum a herança de um modelo econômico centrado na agropecuária e na remoção da floresta como forma de valorizar a terra.

É por essa razão que muitos especialistas defendem que, enquanto a floresta não tiver valor econômico, vai sempre perder para a soja, a madeira, o gado, e que é preciso aprender a usar o patrimônio da Amazônia sem destruí-la.

A solução, no entanto, não está só nas florestas. A redução do desmatamento também passa por melhoria da qualidade de vida nas cidades amazônicas – onde vivem mais de 70% dos 23,5 milhões de habitantes da região. Se existisse mais emprego nas cidades, o desmatamento certamente diminuiria.

Engana-se também quem pensa que o desmatamento abre caminho para o desenvolvimento. Segundo estudo recente do Imazon, os índices de qualidade de vida nas regiões mais desmatadas são equivalentes ou até piores do que nas regiões mais preservadas. Comunidades que cresceram economicamente com o desmatamento são exceção. Ou seja, a Amazônia está sendo destruída de graça.

Mineração

Além de todos os impactos e agressões ao ambiente causados pelas atividades ligadas à agropecuária e à exploração madeireira, o extrativismo mineral também representa uma fonte de degradação ambiental. Uma pesquisa da ONG Instituto Socioambiental (ISA) divulgada no ano passado apontou 406 processos de pesquisa ou exploração de mineradoras em unidades de conservação de proteção integral ou reservas extrativistas federais e estaduais na Amazônia. Nessas áreas, a exploração mineral é expressamente proibida, o que torna os títulos de concessão para essa atividade passíveis de cancelamento.

De acordo com os estudos do ISA, publicados no livro *Mineração em Unidades de Conservação*, o ritmo das atividades de mineração na Amazônia praticamente dobrou nos últimos treze anos. Em 1994, eram quase 22 mil processos de mineração, sendo 1.377 incidentes em Unidades de Conservação federais. Em janeiro de 2006, o número de processos havia subido para 40 mil. Desse total, 5.283 estão em UCs federais e 880 em estaduais.

Algumas categorias de Unidade de Conservação como, por exemplo, as de uso sustentável, admitem a exploração mineral desde que sejam seguidos alguns critérios para minimizar seus impactos. Entretanto, nenhuma área em que a mineração é permitida está livre do alto impacto ambiental. Entre os maiores problemas estão a emissão de resíduos gasosos, líquidos e sólidos, poluição sonora, tráfego de veículos de grande porte, depósito de rejeitos, desmatamento e interferência na fauna e em populações locais.

Atualmente existem quase cinco mil processos de requerimento de pesquisa e lavra na Amazônia, segundo o ISA. Isso desperta a atenção das mineradoras por jazidas de ferro, ouro, cobre, diamante, bauxita e cassiterita. Ao mesmo tempo estão identificados 192 garimpos ilegais em

reservas com grande potencial para gerar novos conflitos e danos ambientais, segundo o Serviço Geológico do Brasil.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Soma-se ao paradoxo vivido pelo governo brasileiro entre o agronegócio e o meio ambiente, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e teremos mais uma importante equação a resolver e que coloca a Amazônia no centro. É possível vislumbrar no PAC, lançado com grande entusiasmo pelo governo federal em janeiro do ano passado, um sinal importante: o pacote de medidas incorpora de vez a visão de que a Amazônia é um depósito de recursos naturais a serviço do crescimento do país. A região Norte, na estratégia de desenvolvimento de Lula, entra com grandes hidrelétricas e vias de escoamento de exportação. Dos 503 bilhões de reais previstos para investimentos em infra-estrutura, 50 bilhões de reais foram reservados para a região Norte. No sistema de transportes, os investimentos na Amazônia serão de 6,2 bilhões, e só ficaram atrás dos planos para o Nordeste. Mas a novidade trazida pelo PAC em termos de logística de transporte para a Amazônia foi o anúncio da construção de vários terminais hidroviários ao longo do rio Amazonas. As três rodovias mais importantes que cortam a floresta, BR 230 (Transamazônica), BR-163 (Cuiabá –Santarém) e BR 319 (Porto Velho-Manaus) vão se conectar a portos fluviais para escoar a produção. A viabilidade econômica de tais medidas não foi discutida a fundo e nem quem será o investidor deste sistema multimodal onde não há grandes quantidades de carga. Os projetos dos terminais, seus Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) também não são conhecidos. O governo garante que todos os projetos de infra-estrutura têm viabilidade econômica comprovada e EIA-RIMAS prontos. Apesar da sua existência, questiona-se se eles foram aprovados. Assim mesmo, o governo não se intimidou de incluir as polêmicas usinas de Belo Monte, no Pará, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, no plano. O PAC pretende garantir a entrada 25 mil megawatts (MW) na geração energética do país até 2010. A metade disso virá das grandes usinas planejadas em rios amazônicos.

A Amazônia e o Clima

Dependência mútua

Com a crise climática, a Floresta Amazônica passou a representar um regulador do clima global. De fato, a Amazônia e o clima mundial que hoje conhecemos, estão interligados de uma forma complexa e de dependência mútua. Por um lado, a floresta amazônica influencia o clima através de vários mecanismos. A evaporação da água retida nas folhas das árvores, por exemplo, absorve grande parte da energia solar, baixando a temperatura no solo. Esta evapotranspiração na Amazônia é tão grande que é responsável por cerca de 50% das chuvas que a floresta recebe. Além disso, 15 a 20 % das águas que fluem para os oceanos provêm da Amazônia, influenciando as grandes correntes marítimas, e com isto o clima global. Porém, atualmente a mais discutida influência da Amazônia sob o clima refere-se à sua função como armazém de carbono, que sem a floresta estaria solto na atmosfera em forma de gás carbônico aumentando o efeito estufa no planeta. Este gás é absorvido pelas árvores em sua fase de crescimento e armazenado na madeira. A cada ano, a floresta amazônica é capaz de absorver seis bilhões de toneladas de carbono através da fotossíntese. O Brasil mantém em seu território a maior extensão de floresta tropical do planeta, armazenando quase 50 bilhões de toneladas em seus 3,3 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente ao que o mundo emite queimando combustíveis durante mais de cinco anos. Por outro lado, a floresta amazônica só consegue manter-se graças ao atual clima global. Um aquecimento climático faria com que as árvores passariam a necessitar mais água para executar a fotossíntese, ao mesmo tempo reduzindo cada vez mais a quantidade de chuva, até transformar a Amazônia num tipo de vegetação semi-árido, seco, empobrecido em biodiversidade e constantemente ameaçado por incêndios. Os efeitos deste aquecimento global já estão visíveis especialmente nos anos em que ocorre o fenômeno El Niño, que causa secas na Amazônia. El Niño surge do aquecimento das águas de superfície do Oceano Pacífico e aparentemente sua frequência está aumentando. Levando em conta a sensibilidade climática da Amazônia, este ecossistema será um dos locais com os maiores aumentos de temperatura no planeta.

Desmatamento fatal

Parte do carbono absorvido pelas árvores é liberada através da decomposição da matéria orgânica e a respiração feita pela floresta durante a noite. Entretanto, o que realmente contribui para o aquecimento global é a queima da floresta, o que libera todo o carbono armazenado. Estudos mostram que a partir de um desmatamento de 40% da Amazônia, o clima mudará definitivamente levando a um aumento de temperatura de até 4°C. Cenários mais pessimistas contam com um desaparecimento de 55 % da floresta até 2030. Vale mencionar ainda, que 80% das áreas desmatadas na Amazônia são primeiramente transformadas em pastos para a criação bovina. Além do gás carbônico liberado pelas queimadas para a formação dos pastos, o gado contribui para o efeito estufa emitindo gás metano através da fermentação entérica.

Redução das Emissões de Carbono

Dados de partida

O protocolo de Kyoto propõe uma redução de pelo menos 5% das emissões de gases do efeito estufa (GEE) em relação ao nível de 1990 entre 2008 e 2012 como necessárias para evitar alterações perigosas do clima global. Segundo o IPCC, o desmatamento tropical e a degradação das florestas constituem a segunda maior fonte destes gases, em especial do gás carbônico (CO₂). Responsável por 18% a 25% das emissões globais, estas emissões ficam atrás apenas das emissões causadas pelo uso de energia. Com a sua derrubada de uma média de 18.000 km² de floresta a cada ano, o Brasil emite atualmente 200 milhões de toneladas de carbono, o que corresponde a 75% das suas emissões de CO₂ e a quase 3% do total de emissões globais. Por conta disso, o país é o quarto maior emissor mundial de CO₂.

Mecanismos Internacionais

Portanto, o IPCC vê nas florestas a maior oportunidade para reduções lucrativas e imediatas das emissões de carbono. Visto que o protocolo de Kyoto não trata da questão da redução do desmatamento tropical em seu mecanismo de desenvolvimento limpo (CDM), a comunidade internacional discute agora novos mecanismos para medir e promover esta redução a serem incluídas num acordo sobre clima para o período pós 2012, ano em que caduca o protocolo de Kyoto. Considera-se que a preservação de grandes áreas de florestas só será possível se houver mecanismos capazes de dar um valor monetário à floresta em pé, compensando os países em desenvolvimento por renunciar ao lucro gerado pelo desmatamento. Estes mecanismos têm o propósito de valorizar a floresta e àqueles que a protegem pelos serviços ambientais e climáticos mencionados, dos quais a humanidade usufrui gratuitamente. A questão polêmica em torno destas propostas de REDD (Reduções de Emissões resultantes do Desmatamento e da Degradação de Florestas) é de onde virá o financiamento para esta compensação. Há propostas de incluir estes mecanismos no mercado global de carbono, gerando assim uma fonte de renda para populações pobres. Críticos desta idéia afirmam, entre outros argumentos, que isto levaria os países industrializados a comprarem créditos de carbono dos países em desenvolvimento resultantes da redução do desmatamento, em vez de cumprir seus compromissos de reduzir as próprias emissões de GEE, o que seria fatal para o objetivo de reduzir o aquecimento global. Sendo que, para evitar as alterações perigosas do clima, a redução do desmatamento das florestas tropicais tem que ser realizada adicionalmente ao acordo de Kyoto.

Outras propostas visam financiar programas de REDD, por exemplo, através de fundos voluntários, ou através da licitação de certificados de emissões.

Propostas brasileiras

Em Bali, durante a COP 13, o governo brasileiro apresentou sua proposta de REDD: criar um fundo voluntário de doação, ao qual os países ricos contribuíssem desde que os países com florestas demonstrassem o quanto estariam reduzindo o desmatamento. Aplicando esta idéia ao Brasil, criaria-se o Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira, que desde já conta com primeiros doadores interessados. Para realizar estes projetos, o governo brasileiro criou recentemente um Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) responsável pela elaboração e implementação do Plano Nacional nessa área. Como primeiro estado a adotar medidas de compensação de serviços ambientais, o Amazonas já está beneficiando famílias que deixam de desmatar com o pagamento da "Bolsa Floresta", instrumento para incentivar atividades

econômicas sustentáveis na floresta e alcançar o desmatamento zero nas Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável.

Outra proposta parte de uma coalizão de ONGs, que apresentaram um Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento da Amazônia, visando zerar o desmatamento da Amazônia até 2015 através do incentivo de atividades sustentáveis, financiado parcialmente pelo mercado de carbono.

BOX: Biodiversidade na Amazônia:

A Amazônia Legal é composta pelo bioma Amazônia, parte significativa dos biomas Cerrado e Pantanal. A atual destruição deste bioma através da exploração madeireira e outras ações predatórias, está afetando o planeta inteiro. Porém os mais diretamente afetados pelo desmatamento são os povos indígenas e outras populações que tradicionalmente habitam a floresta amazônica.

O QUE A FUNDAÇÃO ESTÁ FAZENDO

A Fundação Heinrich Böll atua no sentido de fortalecer a capacidade da sociedade brasileira de influenciar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e de garantir o seu controle social. Abaixo estão algumas de nossas parcerias na Amazônia, sejam elas voltadas para o desenvolvimento sustentável ou pelo empoderamento de mulheres

FASE (Federação de Órgão para a Assistência Social e Educacional)

Com a Fase a Fundação desenvolve o projeto “Política de desenvolvimento sustentável e democrático na Amazônia”. O tema da justiça ambiental também está muito presente nos projetos desta parceria.

SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos)

Com SDDH, o principal foco é a assessoria jurídica nas áreas urbanas e rurais, além do combate à violência policial. Atualmente a organização também vem lidando com questões básicas relacionadas à reforma agrária e à preservação do meio ambiente na região amazônica.

MMTA/CC (Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade).

A parceria com o MMTA/CC visa o empoderamento de mulheres com relação à questão da água.

Outros parceiros eventuais da Fundação na região amazônica são FAOR (Fórum da Amazônia Oriental), Fórum Carajás e GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).